

CONEXÃO CIDADÃ, PAPEL DESEMPENHADO PELAS REDES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Salvador – BA – Abril de 2013

Ana Maria Andrade Haine Campos – NTE/IAT/SEC anahaine2@gmail.com

Elenice Silva de Abreu Rodrigues – UAB/IAT/SEC – eleniceabreu@gmail.com

Sofia Rebouças Neta Pereira – IFBaiano – sofiarneta@yahoo.com.br

Categoria: C- Métodos e tecnologias

Setor Educacional: 2- Educação Média e Tecnológica

Área de Pesquisa: Micro: C/N- Interação e comunicação em comunidades de aprendizagem

Natureza do Trabalho: B – Descrição de Projeto em andamento

Classe: 2- Experiência Inovadora

RESUMO

Este trabalho trata do relato de uma experiência de utilização da rede social Facebook com propósito de promover formação política a estudantes da escola básica da rede pública da Bahia e com isso favorecer o cumprimento da função social da escola no que concerne a sua contribuição para a construção de uma sociedade cada vez mais democrática e justa. A experiência encontra-se em andamento tendo como sujeitos estudantes da escola básica do Instituto Federal Baiano (IF Baiano) de Guanambi-Ba, do Colégio Frei José da Encarnação e Colégio Gilberto Dias Miranda em Jacobina-BA. Descreve a implementação da proposta de Formação Política, avalia os resultados da implementação no momento inicial da execução e aponta perspectivas já que sua conclusão está prevista para o final do ano letivo em curso.

Palavras Chave: Rede social. Compartilhamento. Sociabilidade. Cidadania

A democratização da sociedade brasileira, em processo, que sai da repressão de forças políticas do passado para sofrer uma força ainda maior que a mantém em níveis baixos ou de deformação do sentido, se impõe como desafio. A herança histórica parece nos impedir de exercer, plenamente, nossa cidadania, e, neste contexto, a participação social requer muito mais para sua efetividade do que para sua castração. Eis a concepção que permeou este trabalho, desde sua intenção, enquanto projeto, perpassa sua implementação e avaliação e orienta a estruturação final de apresentação dos resultados realizada sob a forma de artigo científico. Uma concepção que corrobora com Dourado (2003), a ideia da instituição de canais democráticos para efetiva participação e aprendizado do jogo democrático em ações que provoquem o repensar das estruturas de poder autoritário, que permeiam as relações sociais e as práticas educativas.

A análise das relações/interações na rede social, considerando a materialização dos fluxos de informação/comunicação/interação e os registros escritos na memória das redes, se deu pela utilização da netnografia enquanto método de pesquisa

A netnografia é a abertura das portas do tradicional método etnográfico para o estudo de comunidades virtuais e da cibercultura. Originado no campo da Antropologia, o método etnográfico “consiste na inserção do pesquisador no ambiente, no dia-a-dia do grupo investigado. (VERGARA, 2005, p. 73)

A Netnografia é também chamada etnografia virtual uma vez que, trata-se de metodologia etnográfica adaptada para o universo virtual, tem a antropologia como base fundadora e possui um grupo de regras específicas para a adequação da pesquisa no ciberespaço. Tal método foi proposto pioneiramente por Robert V. Kozinets (1998).

Para caracterização do método, Passerino (2011), referenciando Kozinets (1998), orienta a posição do pesquisador na rede. Segundo o autor,

A netnografia exige combinação imersiva entre participação e observação cultural com relação às comunidades pesquisadas. Desta forma, o pesquisador deve ser reconhecido como um membro da comunidade que por meio da prática de observação participante, coleta de dados através da observação direta, de longa duração, junto ao grupo escolhido. (PASSERINO, 2011, p.9)

A captura das incursões pertinentes ao tema se fez por várias mãos, considerando a dinâmica da informação na rede, e as repercussões que produziram na realidade social.

Não se trata de uma análise direta sobre o tipo de sociabilidade presente nas redes, sua dinâmica ou propósito. O interesse que mobilizou o trabalho foi em primeira instância o de através de um filtro feito por diversas mãos, identificar aspectos pertinentes a expressão cidadã presentes fortuitamente nas redes e as repercussões destes na realidade social. Isso feito, os interesses se voltam para a elaboração da proposta pedagógica implementada em escolas públicas da rede pública de ensino do Estado da Bahia.

Contextualização da Proposta

A orientação das Políticas Nacionais de Educação para as escolas públicas é, desde a promulgação da Constituição em 1988, voltada para a busca da democratização dos processos com intensa participação e corresponsabilização da sociedade.

A identificação dos interesses da sociedade quando auxiliada por inovações advindas da tecnologia pode trazer entre outros ganhos, significativo avanço em termos de democratização e agilização dos processos de participação ativa dos sujeitos sociais e, sobretudo, da assunção da corresponsabilidade preconizada pela legislação vigente.

Lidar com a polifonia da diversidade de atores e de seus interesses, entretanto, é um grande desafio. Trazê-los para o cenário da participação, depois de uma longa história de centralização e cerceamento das liberdades, então, é sem dúvida uma tarefa que requer, além de habilidades específicas, uma estrutura de comunicação/interação que favoreça a socialização dos fatos/ocorrências e o incentivo necessário à participação social.

Para tanto, conforme preconiza FREIRE, 2003

É fundamental, contudo, partirmos de que o homem, ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo. Estar com o mundo resulta de sua abertura à realidade, que o faz ser o ente de relações que é (FREIRE, 2003 p.47).

Freire (2003) reconhece a importância do conhecimento dos laços que prendem os dados e fatos da realidade a outros dados e fatos como sendo a prática que confere criticidade ao homem. Segundo ele, a captação das relações permite ação reflexiva e não meramente reflexa, como seria na esfera dos contatos, chegando até mesmo a condicionar o simples fato de existir (individual) à sua relação com outros existentes.

É, portanto nas orientações de políticas públicas para educação, especialmente no tocante ao processo de democratização da educação e a partir da concepção de homem, legado de Freire, que a presente proposta se insere.

Descrição da proposta

Considerando o necessário cumprimento da função social da escola no que diz respeito a sua participação na construção de uma sociedade mais justa e democrática, considerando também, o potencial de comunicação/participação que possuem as redes sociais *online* e com o firme propósito de discutir o valor, a aplicação e os contextos de usos de redes sociais, como ferramenta promotora de colaboração entre o Poder Público e a sociedade civil pela participação ativa da comunidade em processos político-sociais, é que foi desenvolvido este trabalho a partir da identificação dos aspectos pertinentes a expressão cidadã presentes nas redes sociais e suas repercussões no exercício da democracia.

A proposta de ação pedagógica com uso do *Facebook* nasceu da preocupação que povoa o universo de muitos educadores, no que diz respeito à formação política dos educando e ao consequente cumprimento da função social da escola. Seu fio condutor é a contemplação da intencionalidade educativa o que faz da rede social um espaço formador e de suas postagens conteúdos de aprendizagem caracterizados pela abordagem baseada em princípios educativos.

Trata-se de um fazer pedagógico que coaduna com o Programa Escola Aberta criado pela RESOLUÇÃO/CD/FNDE/N.º052, DE 25 DE OUTUBRO DE

2004, porque, considera “a importância de se ampliar o escopo das atividades da escola para promover a melhoria da qualidade da educação no país, de se promover maior diálogo, cooperação e participação entre os alunos, pais e equipes de profissionais que atuam nas escolas ...”.

Preconiza o fortalecimento da relação entre a escola e a comunidade com ampliação das oportunidades de acesso a espaços de promoção da cidadania. Pretendendo, pelo diálogo, participação cooperação e dinamização de processos de participação social por meio da estrutura da rede, promover o exercício da cidadania e pela intervenção pedagógica, contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e democrática cumprindo assim com o que se propõe como função social da escola.

Tendo como objetivo maior promover formação política mediante intervenção pedagógica em rede social e como eixos estruturantes: Educação, cidadania e política, a proposta baseou nos seguintes princípios educativos: Promover a cidadania pela ampliação de canais de participação e fortalecimento das relações sociais através da aplicação da estrutura tecnológica de redes *online*, para propósito de formação política; valorizar as inovações e o uso das modernas tecnologias como instrumentos pedagógicos; enfatizar o aspecto político no processo de formação escolar; fazer da escola um espaço de vivência comunitária; melhorar a qualidade social da escola pública, com intervenções diretas na realidade social a partir da própria escola.

Os pressupostos teóricos conceituais que sustentam a realização desta proposta nutrindo-a de confiança no sucesso dos resultados advêm das concepções de Educação, cidadania e política sintetizadas nos seguintes termos:

Educação- Conforme a LDB, Art. 1º, entendida como “... processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.”

Nesta perspectiva, pressupõe que os processos educativos estejam, contextualizados na dinâmica social e política da vida em sociedade. Que

sejam além de instrumentais de acesso das camadas populares ao saber elaborado também, e, sobretudo, meios educativo de socialização no mundo político-social adulto. Que sejam ainda, um liame permanente da teoria com a prática a fim de oferecer sentido às aprendizagens construídas.

Partindo desta concepção, o foco é direcionado para as interações sociais das comunidades envolvidas e para transformação dos hábitos de convivência política, pretende-se avançar para além da crítica, para além da falácia partidária e alcançar um nível de participação social maduro, responsável e com efetividade prática.

Deste modo, o uso da reflexão sobre os valores implícitos no conhecimento construído e nas atitudes adotadas, fará do espaço educativo, materializado ou não, um espaço sociopolítico, adequado para a transformação da simples contextualizada à dinamicidade econômica, social, cultural e histórica da sociedade. A escola é, portanto, a um só tempo, lugar de ensino e difusão do conhecimento, instrumento para o acesso das camadas populares ao saber elaborado e meio educativo de socialização no mundo social adulto.

Cidadania - Considerando a complexidade do termo, cumpre-nos, situá-la no tempo e, sobretudo no propósito intencionalmente eleito para a realização desta proposta. Deste modo, definida como objetivo da educação básica e resultado de acesso às diversas políticas públicas, reportamo-nos à formulações de Luiz Antônio Miguel Ferreira, promotor de Justiça da Infância e da Juventude e da Pessoa Portadora de Deficiência do Ministério Público do Estado de São Paulo que na oportunidade da realização de seu Mestrando em Educação pela Universidade Estadual Paulista – UNESP nos apresenta o conceito em síntese:

- a) Cidadania implica o reconhecimento e a concretização dos direitos civis, políticos e sociais.
- b) Cidadania requer a prática de reivindicação, com a ciência de que o interessado pode ser o agente destes direitos;
- c) O exercício da cidadania requer o conhecimento dos direitos e também dos deveres;
- d) Cidadania implica sentimento comunitário, em processos de inclusão.
- e) A prática da cidadania apresenta-se como instrumento indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim sendo, a proposta se orienta muito mais no sentido das questões coletivas do que dos direitos individuais, tendo a estrutura tecnológica da rede como um espaço de promoção da cidadania.

Política - Conceito, aqui entendido como conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens ou interesses públicos. Isso posto, compreende-se que existe uma necessidade de formação que habilite os cidadãos para praticarem tais procedimentos e que tal formação é também função da Educação institucionalizada.

A metodologia ou operacionalização da proposta consiste em: Criar um perfil coletivo para o grupo de professores participantes da proposta e convidar comunidade escolar para compor a rede e realizar palestras *online* com convidados que versarão sobre direitos dos cidadãos e política.

Na rede, os professores assumem três funções distintas: Interagir informando sobre direitos do cidadão; Posicionar-se como o “advogado do diabo”, interagindo sempre que surgir a oportunidade de informar sobre deveres/obrigações dos cidadãos; Ponderar. Tal função será desempenhada assim que as discussões já apresentarem alguma solução em interações que orientem sobre os encaminhamentos necessários.

Para efeito de avaliação da aprendizagem, são considerados como instrumentos de avaliação a interação na rede e o encaminhamento de sugestões ao poder público. Considerando o sistema de rubrica apresentado no quadro abaixo:

Categorias	Realizado	Não realizou
Tema	Inclui informações corretas e coerentes sem fugir do tema. Acrescenta opiniões e reflexões sobre o tema.	O aluno não incluiu nenhum tema e nem opinou.
Participação	O aluno participou de algumas discussões demonstrando	O aluno não participou e nem opinou.

	compromisso em algumas delas.	
Discussão	Bastante consistente, Os alunos discorriam com réplicas e incluíram informações adicionais para resolução do problema levantado	Não promoveu discussão.
Encaminhamento	Gerou encaminhamentos às autoridades competentes	O assunto foi encerrado nas discussões.

Figura 1 – Critérios de avaliação

O cenário virtual do trabalho

A existência de redes sociais remonta aos primórdios da humanidade porque viver em sociedade e, interligarem-se uns aos outros é sem dúvida uma característica humana. Na atualidade, os processos tecnológicos permitem visualizar essas relações. As redes sociais *online* otimizam as relações entre seus participantes, potencializam interesses grupais, sem contudo desrespeitar as identidades de seus participantes .

Recuero (2009, p.25) define rede social virtual como a “teia de conexões que espalham informações dá voz às pessoas, constroem valores diferentes e dão acesso a esse tipo de valor [capital social]” e Marteleto (2001, p.72) como “conjunto de participantes autônomos, unindo idéias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados”.

Deste modo, concebidas, as redes sociais podem ser usadas para estimular e fortalecer a participação social, servindo à organização de um trabalho pedagógico que privilegie os elos informais em detrimento da hierarquia que engessa o processo ensino-aprendizagem e centraliza as decisões.

A rede social, neste contexto, não é vista com um fim em si mesma. Ela é, a oportunidade deste estudo, campo estratégico de ação para produzir recurso e otimizar a capacidade propositiva de seus atores, constituindo-se, portanto, em espaço político com ações organizadas em função da democratização da sociedade.

A rede social, o sistema físico de apoio às incursões dos diferentes atores/participantes, sedia as idéias e as proposições em torno de interesses compartilhados e serve ao empoderamento da sociedade. Condução que Leroy Pineau (1994), apud Marteleto 2001) chamou de utilização dinâmica das redes.

As redes sociais são, pois, na oportunidade deste trabalho, consideradas pelas possibilidades que trazem na prática para grupos sociais organizados e quiçá em função de reivindicações coletivas.

Considerações transitórias

Situando no momento do percurso em que já se pode olhar para o feito e apresentar considerações, ao mesmo tempo em que olhar para frente ainda nos impõe grande demanda de ações, optamos por apresentar considerações transitórias e abrir a rede para a participação de todos os interessados no uso de redes sociais com finalidade de propiciar a formação política de nossos estudantes.

Reconhece na agregação de suporte técnico/operacional à atividade pedagógica, um mecanismo de estímulo a participação social e de manutenção da sustentabilidade do processo de corresponsabilização originado e um fator de inovação com grande potencial formador, capaz de incidir sobre a formação política dos estudantes pelo uso intencional de redes sociais.

As redes sociais, apesar de não se constituírem, *apriori*, como espaços de formação cidadã, elas permitem expressões de análise crítica da sociedade, de denúncias e de reivindicações coletivas que, se não implicam diretamente em garantias de direitos e obrigações, pelo menos os potencializam na medida em que favorecem a convergência dos sujeitos sociais em torno de questões coletivas e ao fazê-la, contribui enormemente para a transparência necessária a condução da vida em sociedade.

Isso agrega potencial formativo às redes sociais, colocando-as na arena dos interesses do ensino e da pesquisa em uma perspectiva intencional e planejada assim como devem ser as ações educativas. O campo é fértil, a

necessidade de conhecimento é crescente. O propósito pedagógico das redes sociais, para estes e outros aspectos da formação humana, salta aos olhos de educadores que almejam por uma metodologia eficaz ao aproveitamento do potencial que oferecem.

Referências

- CRUZ, Ruleandson do Carmo. **Redes sociais virtuais: premissas teóricas ao estudo em ciência da informação**. TransInformação, Campinas, v. 22, n.3, p. 255-272, set./dez., 2010.
<http://revistas.puccampinas.edu.br/transinfo/include/getdoc.php?id=846&article=362&mode=pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2011.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo: Moraes, 1980.
- KOZINETS, Robert V. **On netnography: initial reflections on consumer research investigations of cyberculture**. Advances in Consumer Research. v. 25, p. 366-371, 1998.
- MARTELETO, R. M. **Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferências da informação**. Ciência da Informação. Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0100-9652001000100009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt >. Acesso em 20/06/ 2011.
- MARTELETO, R.M.; TOMAÉL, M.I. **A metodologia de análise de redes sociais (ARS)**. In VALENTIM, M.L.P. (Org.). Métodos qualitativos de pesquisa em ciência da informação. São Paulo: Polis, 2005. Cap.4, p. 81-100.
- MONTARDO, S. P., ROCHA, P. J. **Netnografia: Incursões metodológicas na cibercultura**. Revista E-compós, 2005, v. 4, Brasília.
- PASSERINO, Liliana S. **Indicadores de Inclusão Digital: uma análise dos multiletramentos propiciados em Redes Sociais Online a partir da ótica do posicionamento**. Disponível em

http://www.uniso.br/ead/hipertexto/anais/57_LilianaPasserino.pdf Acesso em 17/11/2011.

RECUERO, R.C. Redes Sociais. In SPYER, J. (Org.). **Para entender a Internet: noções, práticas e desafios da comunicação em rede**. 2009.

Disponível em:

<http://stoa.usp.br/oerwokshop/files/1333/7925/Para+entender+a+Internet.pdf>. Acesso em 21/06/2011.

TOMAÉL, M.I.; ALCARÁ, A.R.; DI CHIARA, I.G. **Das Redes Sociais à Inovação**. Ciência da Informação, v.34, n.2, p. 93-104, 2005. Disponível em: <http://revista.bict.br/index.php/ciinf/article/view/642/566>. Acesso em:

2

4

/

0

6

/

2

0